

**Processo nº:** 4.027/09  
**Interessado:** Ministério Público junto ao TCDF  
**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação nº 07/2009-CF. Contrato de Gestão nº 01/2009-SES/DF, firmado pela Secretaria de Estado de Saúde com a Real Sociedade Espanhola de Beneficiência. Representante do *Parquet* requer, preliminarmente, a suspensão cautelar da execução dos serviços objeto do citado contrato. Em seguida, solicita que seja feita percuciente análise de todos os procedimentos que pautaram o ajuste em apreço, "[...] especialmente no que tange aos preços praticados, a fim de verificar a legalidade, a regularidade e a economicidade da contratação direta pretendida, determinando, se for o caso, a audiência dos responsáveis [...]"

A sustação de contratos, bem como de seus pagamentos, ainda que em forma de suspensão cautelar, é de competência privativa da Câmara Legislativa. Voto pela instrução dos autos.

## VOTO

Em exame a Representação nº 07/2009-CF, oriunda do Ministério Público junto a esta Corte, por meio da qual a ilustre Procuradora-Geral requer, preliminarmente, a suspensão cautelar da execução dos serviços objeto do Contrato de Gestão nº 01/2009-SES/DF, firmado pela Secretaria de Estado de Saúde com a Real Sociedade Espanhola de Beneficiência, até que o Tribunal se manifeste, em definitivo, a respeito da legalidade e economicidade do ajuste.

Em seguida, solicita que seja feita percuciente análise de todos os procedimentos que pautaram o ajuste em apreço, "[...] especialmente no que tange aos preços praticados, a fim de verificar a legalidade, a regularidade e a economicidade da contratação direta pretendida, determinando, se for o caso, a audiência dos responsáveis [...]"



Trouxe os autos para o Plenário, antes de a Inspeção analisar, haja vista a necessidade de se deliberar a respeito da competência desta Corte de Contas para determinar a suspensão da execução contratual, possibilidade que vejo com reservas.

Nesse caso, é de se observar que o constituinte originário revelou a preocupação de separar a competência geral desta Corte para sustar atos administrativos impregnados de ilegalidade, daquela pertinente aos contratos. Veja-se a redação do art. 71, incisos IX e X, e de seus §§ 1º e 2º, da Constituição Federal:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

[...]

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - **sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado**, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

[...]

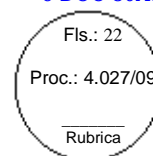
§ 1º **No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Nesse passo, o Tribunal pode sustar a execução do ato impugnado, comunicando sua decisão ao Poder Legislativo; sendo a hipótese de contrato, contudo, a sustação será adotada diretamente pela Câmara Legislativa, a quem cabe solicitar ao Executivo as providências necessárias à correção da ilegalidade.

Resta questionar quanto ao alcance do verbo "sustar", para saber se ele também abrange a simples suspensão do contrato. O verbete, de acordo com o Dicionário Aurélio, significa "Fazer parar; interromper, suspender".

Está claro, então, que mesmo a simples suspensão do contrato, ainda que cautelar, pertence à competência privativa da CLDF. Somente se o órgão legislativo não adotar as medidas necessárias, no prazo de 90 (noventa) dias, o Tribunal decidirá a respeito, quando poderá, então, determinar a sustação, ou suspensão, diretamente.



E não é só isso. A Constituição Federal estabelece um rito, um procedimento a ser adotado para a fiscalização de contratos:



❶ o Tribunal de Contas assina prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;



❷ se não atendido, poderá sustar a execução do ato impugnado, comunicando sua decisão ao Poder Legislativo;



❸ contudo, tratando-se de contrato, deverá requerer a atuação do Poder Legislativo, que poderá sustá-lo diretamente, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis;

❹ se o Legislativo não se pronunciar no prazo de 90 (noventa) dias, o Tribunal decidirá a respeito, podendo, inclusive, determinar a sustação da execução contratual.

De resto, parece-me que a competência privativa da CLDF para sustar abrange, inclusive, a suspensão dos pagamentos, porque, à evidência, sem os aportes financeiros, a execução contratual não poderá prosseguir, o que implica em sustação indireta do contrato.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios já decidiu em caso análogo, no MS 20080020103721, como se nota do seguinte excerto:

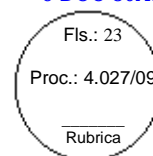
Como dito, o ato impugnado é a decisão n. 4.368/2008 do Tribunal de Contas do Distrito Federal que, por supostas irregularidades no Edital de Concorrência que visou a concessão de serviço de transporte público no Distrito Federal, determinou ao Senhor Secretário de Estado de Transportes a abstenção "da prática de qualquer ato que implique em efetivação do resultado da licitação regulada pelo Edital de Concorrência n. 01/2007".

Tenho que se mostram como relevantes as razões trazidas na presente impetração, no sentido de faltar ao Tribunal de Contas local competência para sustar a execução de contrato administrativo, firmado após o encerramento da licitação pública, por invasão de competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Verifica-se que o ato impugnado determina ao Senhor Secretário de Estado que se abstenha de praticar ato de efetivação do resultado da Concorrência em tela. Vislumbro, portanto, a relevância da fundamentação trazida pelo Impetrante, bem como a possibilidade de que do ato do Tribunal de Contas venha a ocorrer lesão ao direito do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



[...] a determinação ao Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal para que se abstinhasse de praticar atos que implicassem em efetivação do resultado da licitação, regulada pelo Edital de Concorrência n. 01/2007, realmente, não mais se traduz em suspensão da licitação, mas, sim, em sustação dos próprios contratos administrativos, decorrentes do término da Concorrência, o que, com a mais respeitosa vênia, transborda o poder de cautela previsto no artigo 198 do Regimento Interno do Tribunal de Contas. Em outras palavras, em que pese a suspensão de atos inserir-se no poder geral de cautela daquela Corte, no exercício de seu controle externo, tal, no caso em análise, implica em suspender a execução de contratos administrativos e de anular a própria licitação pública [...]. (grifo não consta do original)

Essa decisão, como se vê, demonstra que a adoção de providências pelo Tribunal de Contas, para interromper o fluxo do contrato já assinado, deve ser vista com cuidado, em face da expressa ressalva que a Constituição Federal faz no tocante à sua competência.

A sustação de contratos, ainda que em forma de suspensão cautelar, é de competência privativa da Câmara Legislativa, o que demandaria representação àquele Poder, nos termos do inciso XII do art. 1º da Lei Complementar nº 1/94, para a implementação da providência cautelar ora sugerida, após a análise de mérito da presente Representação.

Por tais razões, em face do exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento da Representação nº 07/2009 - CF, fls. 1/18;
- II - determine a remessa dos autos à Inspeção competente para que, com espeque no art. 197 do Regimento Interno do Tribunal, bem como na Portaria nº 231/07, promova a instrução dos autos, verificando, ainda, se o fato denunciado consta examinado ou em exame no âmbito do Tribunal.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora